

Nota de apresentação

O dossiê temático do volume 40 da *Revista de História das Ideias* reúne artigos que contemplam o processo de Independência do Brasil, ocorrido no momento fundacional do triênio liberal (1820-1823), e privilegiam o estudo da imprensa periódica brasileira e portuguesa desse período.

A imprensa teve um papel crucial na revolução constitucionalista de 1820. De Londres, os jornais publicados em português estimularam o ânimo de mudança de liberais em Portugal e no Brasil. Com a publicação da primeira lei de liberdade de imprensa, em 1821, a divulgação de notícias contribuiu para intensificar o debate político em torno da Constituição de 1822. As diferenças latentes entre liberais portugueses e brasileiros emergiram tanto no parlamento quanto na imprensa periódica publicada na Europa e na América Portuguesa.

A rutura ocorreu no meio de um aceso confronto entre liberais e absolutistas e deu lugar a um embate que envolveu não só a visão que se tinha do que era o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e qual deveria ser o seu destino na nova ordem, mas também de questões objetivas e particulares de natureza económica, burocrática e política relacionadas com a capitalidade do império português durante o período em que o Rio de Janeiro abrigou D. João VI e a sua Corte.

O papel da imprensa no processo de separação do Brasil de Portugal tem propiciado o aparecimento de muitos estudos que explicam a conjuntura ideológica da independência e que expõem as expectativas que foram criadas a partir de 1820, permitindo traçar, com maior clareza e extensão de argumentos, as reivindicações de unionistas e independentistas. As ideias em torno da Constituição e do

constitucionalismo disseminaram-se e os jornais funcionaram como uma espécie de “parlamento de papel”, no decurso do triênio liberal e antes mesmo da convocação da Assembleia Constituinte no Brasil.

As divergências que marcaram o debate de escritores e redatores de jornais, que, em grande número, preencheram a cena política brasileira daquele momento, raramente puseram em causa a legítima representação política do príncipe. Com a decisão formal de D. Pedro, de desobedecer às ordens das Cortes Constituintes de retornar a Portugal e, conseqüentemente, de convocar eleições para a Constituinte brasileira, o debate passou a ser travado entre brasileiros e teve como questão central o modelo de monarquia constitucional a adotar no futuro.

Os artigos do dossiê temático da revista privilegiam portanto o estudo dos jornais publicados entre 1820 e 1823, identificando a visão dos redatores dos periódicos que circularam no Brasil e em Portugal.

O artigo de Kirsten Schultz explora um tema pouco aprofundado: a insistência dos liberais brasileiros em exigir do rei o juramento da constituição espanhola, no começo de 1821. Percorrendo outra linha de reflexão, o artigo de João Pedro Ferreira procura esclarecer o papel do *Correio Braziliense* no processo de independência do Brasil. O artigo de José Subtil contempla as contradições dos liberais portugueses na elaboração e aplicação da lei de liberdade de imprensa. Cecilia Salles Oliveira revê a discussão historiográfica que tem sido central nos estudos sobre a Independência do Brasil: a ideia de que houve uma tentativa de recolonização do Brasil por parte das Cortes de Lisboa. Virginia Rodrigues Silva analisa o contraste de posições do *Revérbero Constitucional Fluminense* na luta por uma Assembleia Constituinte brasileira. No âmbito da imprensa, Marisa Saenz Leme sustenta que o projeto de monarquia constitucional que Soares Lisboa elaborou previa uma monarquia constitucional de caráter unitário, legitimava a soberania fiscal e militar do governo do Rio de Janeiro, imputando ao executivo a indicação dos presidentes de província. O artigo de Maria de Lourdes Viana Lyra apresenta as peculiaridades do processo da independência em Pernambuco, marcado por duas revoluções, em 1817 e em 1824, perfeitamente conectadas. Walquíria Tofanelli Alves mostra a interlocução que havia entre o *Semanário Cívico* de Silva Maia, publicado em Salvador, e *O Conciliador do Maranhão*, abrindo assim perspectivas interessantes para os estudos sobre a imprensa do norte nordeste do Brasil. O artigo de Marcelo Cheche aprofunda o processo político vivido pelo Maranhão, última

província brasileira a aderir à Independência. Por fim, o tema da censura à imprensa e a singularidade de um panfleto absolutista publicado numa conjuntura marcada por uma opinião pública predominantemente liberal são tratados por Arthur Ferreira Reis.

Em suma, os textos apresentados no dossiê temático *Imprensa, Independência e Constituição* contribuem para rever historiograficamente a questão da envolvimento constitucional do Brasil independente e para compreender como, num curto e conturbado espaço de tempo, a imprensa e os periódicos construíram diversas imagens do povo, das elites e da “nação” brasileira e como ocultaram, enalteciam e mitificaram a atuação de figuras políticas e personalidades que fizeram uso da imprensa e nela participaram.

Isabel Lustosa⁽¹⁾ | Isabel Vargues⁽²⁾

(1) Investigadora integrada ao CHAM / FCSH / Universidade Nova de Lisboa; CAPES / Bolsa de Professor visitante sênior (2019 / 2020); <https://orcid.org/0000-0003-2456-6925>

(2) Professora aposentada da Universidade de Coimbra; investigadora integrada do CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares; <https://orcid.org/0000-0002-8477-3275>

